

SEÇÃO 2 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Data de aceite: 01/08/2023

Eduardo Rodrigues Araújo

Doutorando no Programa de Pós
Graduação em Agroecologia e
Desenvolvimento Territorial – PPGADT/
UNIVASF

Flávio Marques Castanho Barrero

Doutor em Agroecologia e
Desenvolvimento Territorial – PPGADT/
UNIVASF

Franklin Vieira Costa

Doutorando no Programa de Pós
Graduação em Agroecologia e
Desenvolvimento Territorial – PPGADT/
UNIVASF

Tiago Pereira da Costa

Doutorando no Programa de Pós
Graduação em Agroecologia e
Desenvolvimento Territorial – PPGADT/
UNIVASF

Helder Ribeiro Freitas

Docente no Programa de Pós Graduação
em Agroecologia e Desenvolvimento
Territorial - PPGADT/UNIVASF

Denes Dantas Vieira

Docente no Programa de Pós Graduação
em Agroecologia e Desenvolvimento
Territorial - PPGADT/UNIVASF

1 . INTRODUÇÃO

A concepção de desenvolvimento territorial tem se tornado recentemente um dos métodos de se considerar as formas de atuação do Estado e de atores locais na promoção de programas e políticas públicas em vista da superação da pobreza no Brasil. A iniciativa do Governo Federal e, em consequência, dos Estados federados, de implementar ações numa escala territorial e local decorre de debates em torno do desenvolvimento regional e sustentável num contexto macro de pensar e consolidar as transformações das regiões e de sua população. O aspecto do Desenvolvimento Territorial também é uma nova concepção de intervenção política de desenvolvimento, que funciona como um meio de facilitar a articulação de pessoas e programas com identidades locais e regionais semelhantes.

Nesse sentido, as intervenções são efetivadas considerando as diversidades e particularidades territoriais, numa perspectiva da transversalidade e da

contextualização. Estas se constituem num importante referencial para a superação das desigualdades sociais. Mais adiante, o desenvolvimento sustentável é acrescentado aos textos oficiais, trazendo para o discurso do desenvolvimento territorial as metas que atendam às dimensões ambiental, social e econômica, principais pilares da sustentabilidade (COREZOLA *et al.*, 2010). Tal incremento aumenta a responsabilidade dos programas de desenvolvimento governamentais em promover estratégias que atendam essas três dimensões e que estimulem a participação e o diálogo entre os representantes do poder público federal, estadual e municipal e os demais setores da sociedade, bem como incorporem na gestão pública especialistas de diversas áreas do conhecimento.

Os territórios em questão são espaços delimitados fisicamente para que a política pública seja gerenciada, sendo que a identidade da população é uma das premissas que colabora na delimitação deste espaço pelo programa governamental. Entretanto, reconhece-se a dificuldade em definir a identidade territorial, no sentido de analisar se uma população “sente” pertencimento a um determinado lugar, por não haver critérios claros na política pública que permitam identificar os fatores que conectam as redes sociais e as práticas produtivas da população de um território.

Deve-se considerar como iniciativa positiva o fato de os programas de desenvolvimento territoriais brasileiros articularem, em sua gestão, os atores sociais locais, representantes de diferentes setores da sociedade civil e do setor público, procurando, assim, atender às demandas locais num contexto mais próximo da identidade local.

Conforme Favareto (2007) ressalta, os componentes ligados à dimensão cultural influenciam fortemente a dinâmica de um território, principalmente quando associados à qualidade empreendedora ou à capacidade de adaptação a mudanças provocadas por elementos externos (FAVARETO, 2007, *apud* FAVARETO; SCHRODER, 2007).

Por este ponto de vista, um território, quando considerado como unidade de gestão para implementação de políticas públicas de desenvolvimento, pode ser analisado por uma perspectiva sistêmica que considere a história social e o contexto ambiental em que está inserido. Tal condição é baseada na consideração de Milton Santos de que, na atualidade, o território reflete e é produto da interdependência dos elementos que o compõem (SANTOS, 1996, p. 15).

Partindo destes pressupostos, objetivou-se discorrer sobre as bases científicas do desenvolvimento territorial e da transição agroecológica, traçando um diálogo sobre a relação entre natureza e sociedade, partindo da premissa de que a Agroecologia é uma das ciências indicadas para apontar caminhos para a sociabilidade e a sustentabilidade socioambiental.

Neste capítulo, optou-se por uma abordagem qualitativa, assumindo a pesquisa bibliográfica para discutir o estado da arte do tema em tese (GIL, 2017). Para a discussão do tema fez-se necessária uma busca nas bases de dados *Scopus*, *Science Direct*, *Google Academics* e Periódicos Capes utilizando as seguintes palavras chave: “desenvolvimento

territorial” “transição agroecológica”, “faróis agroecológicos”, “colonização do semiárido”, “base científica” e “relação natureza-sociedade” em português, e “*territorial development*”, “*agroecological transition*”, “*agroecological beacons*” “*scientific basis*” em inglês, e também em livros e capítulos de livros que trazem tal abordagem. Para se traçar uma análise dos conteúdos referendados, se buscou aporte em Bardin (2016) a partir da Teoria da Análise do Conteúdo.

Portanto, após as leituras e discussões chegou-se à conclusão que o processo de desenvolvimento territorial deve estar estritamente relacionado com a tentativa de mudança das configurações políticas locais e regionais, pois visa democratizar, através da promoção da participação social, o acesso aos programas e projetos que contribuam com a melhoria das condições de vida das populações.

Agroecologia é a ciência que dará subsídios para se chegar a um equilíbrio entre natureza e sociedade, a partir de conhecimentos e tecnologias sociais capazes de respaldar a transição dos atuais paradigmas de desenvolvimento e de agricultura convencional para estilos de agriculturas sustentáveis, onde o ambiente físico seja respeitado e cuidado pelas sociedades, visando o próprio sustento e das futuras gerações.

2. BASES TEÓRICAS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

2.1 Desenvolvimento Territorial

No Brasil, desde o ano de 2003 o desenvolvimento territorial vem ganhando força e espaço - tanto no debate científico quanto nas políticas públicas - por razões de conjuntura nacional e por influência das discussões e experiências observadas em outros países, em especial nos da União Europeia. Isso tem se demonstrado como grande inovação: pensar no desenvolvimento a partir da realidade local e regional.

As políticas de desenvolvimento territorial também encontraram espaço de afirmação no Brasil, no bojo do novo momento vivido pelo país, a partir do processo de redemocratização e da tendência a ele associada de descentralização das políticas públicas, que teve como marco inicial a Constituição de 1988. A revalorização da esfera municipal e o estímulo gradual à participação da sociedade civil, em particular, de agentes locais, reforçaram o avanço das políticas públicas territoriais.

A abordagem do desenvolvimento territorial toma corpo no Brasil no final dos anos 1990, como resultado da convergência de iniciativas oriundas dos movimentos e organizações sociais, da comunidade acadêmica, de instâncias governamentais e da cooperação internacional (WANDERLEY, 2014).

A criação, em 1999, do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, com atribuições distintas do Ministério da Agricultura, voltadas para a implantação da nova

orientação, constituiu um momento chave na consolidação desse processo e da afirmação desse modelo no âmbito das políticas governamentais. Novas institucionalidades e um novo corpo legislativo embasaram as iniciativas adotadas, cujos marcos foram: a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e, posteriormente, a adesão à abordagem do desenvolvimento territorial (WANDERLEY, 2014).

Em setembro de 1999 foi realizado, na Universidade Federal da Paraíba em Campina Grande - PB, um seminário sobre o tema “Planejamento do Desenvolvimento Territorial no Brasil” (SABOURIN, 2002a). Naquela ocasião, a compreensão do território foi assim apresentada:

[O território] é um espaço construído histórica e socialmente, no qual a eficiência das atividades econômicas é intensamente condicionada pelos laços de proximidade e pelo fato de pertencer a esse espaço. O território é, então, um resultado e não um dado. [...] A ideia central da abordagem territorial do desenvolvimento é a preocupação pela integração e pela coordenação entre as atividades, os recursos e os atores, por oposição a enfoques setoriais ou corporativistas que separam o urbano do rural e o agrícola do industrial (a universidade do ensino básico, a pesquisa da extensão, etc.) (SABOURIN, 2002a, p.23).

A abordagem territorial do desenvolvimento teve início no Brasil com os trabalhos de Ricardo Abramovay, José Eli da Veiga e de José Humberto Oliveira, secretário Nacional de Desenvolvimento Territorial de 2003 a 2011. Esses são os principais nomes que introduziram no país, principalmente no âmbito das políticas públicas, a importância de ampliar a escala na aplicação de programas de desenvolvimento, do setorial para o territorial.

O termo desenvolvimento é aplicado a diversos contextos e nas mais diversas áreas. Existe uma vasta literatura que discute a evolução desse conceito e sua apropriação nas intervenções econômicas e políticas. A intenção aqui não é apresentar as linhas conceituais sobre o conceito de desenvolvimento, pois temos diversos autores que o fazem (ABRAMOVAY, 2001; VEIGA, 2001; SACHS, 2004; FAVARETO, 2006; SEN, 2000), mas sim apresentar como esse conceito é entendido pelos programas governamentais pesquisados, bem como sua relação com o território, o espaço delimitado para a aplicação das políticas públicas.

Ao discutir as principais correntes ligadas ao desenvolvimento, Abramovay recorre a três autores principais do pensamento econômico contemporâneo: Douglass North, Amartya Sen e Joseph Stiglitz (ABRAMOVAY, 2001). Tais autores tiveram uma contribuição fundamental na visão economicista clássica sobre o desenvolvimento e o crescimento, especialmente quando se trata do combate à pobreza.

Seguindo a linha teórica de Douglass North, Abramovay discute a importância das instituições para organização social, e, conseqüentemente, para o crescimento econômico de uma sociedade. Dessa forma, o autor reflete que o desenvolvimento não está relacionado com a acumulação de riqueza, mas sim com as instituições e com o modo como coordenam

a ação dos indivíduos e dos grupos sociais (ABRAMOVAY, 2001, p. 168).

Amartya Sen (1999) amplia a discussão sobre o desenvolvimento para além da acumulação material ou do ponto de vista da organização social, como North. Para Sen, a natureza do desenvolvimento de uma sociedade “diz respeito à relação entre rendas e realizações, entre mercadorias e capacidades, entre nossa riqueza econômica e nossa possibilidade de viver do modo como gostaríamos”; ou seja, o autor analisa o desenvolvimento na perspectiva da liberdade (SEN, 1999, p. 27).

Para esse autor, a lacuna entre a perspectiva da concentração exclusiva na riqueza econômica, e a perspectiva de um enfoque mais amplo sobre a vida que podemos levar é uma “questão fundamental na conceituação do desenvolvimento” (SEN, 1999, p. 28).

Seguindo a linha de pensamento mais amplo sobre o desenvolvimento, Hassan Zaoual discute a importância de considerar a variedade de contextos para aprimorar os conhecimentos práticos e teóricos sobre o desenvolvimento. O autor critica o pensamento econômico tradicional que costuma relativizar a atuação dos atores – indivíduos, organizações, grupos de populações – em seus territórios, e tem dificuldade em separar as “regularidades econômicas” de seus contextos humanos (ZAOUAL, 2006).

Quando se trata do desenvolvimento territorial, os programas brasileiros têm como foco a população que vive nas áreas rurais do país; esta é uma questão complexa, pois envolve conceitos que precisam ser revistos e atualizados, como o conceito de rural. Nesse sentido, Veiga faz uma severa crítica em relação às ideias de desenvolvimento, que trazem uma visão pouco esclarecida sobre as diferenças entre economia rural e economia agrícola, e a dificuldade de compreender que “no espaço rural também existem os setores secundário e terciário” (VEIGA, 2001, p. 102).

A alternativa para que o desenvolvimento possa de fato ser promovido na região rural, para o autor, está nas possibilidades de apoiar e incentivar a diversificação das economias locais. Ou seja, o autor defende o esforço que deve ser feito para identificar e reconhecer quais são as atividades rurais dos setores secundário e terciário que geram mais renda e que podem ter mais chance de se expandir nas regiões onde os programas governamentais atuam (VEIGA *et al.*, 2001, p. 49).

Os programas de desenvolvimento territorial no Brasil priorizam essencialmente o meio rural, desconsiderando que este meio tem intrínseca relação com as cidades, tratando-o como se fosse separado das cidades. Favareto complementa sua argumentação:

Não existe desenvolvimento de regiões rurais sem se valorizar os vínculos com as cidades e centros urbanos. Não existe possibilidade de desenvolvimento duradouro para as regiões rurais somente apoiando-se na agricultura – a agricultura é poupadora de trabalho (por conta dos progressos técnicos) e há uma tendência declinante da participação da renda agrícola entre as famílias rurais. As políticas de desenvolvimento territorial surgiram – mas depois se desvirtuaram – para dar conta justamente dos limites do desenvolvimento agropecuário em transformar-se em desenvolvimento de regiões rurais. Portanto, a ideia de desenvolvimento territorial deveria justamente alavancar

novos potenciais nestas regiões. E isso não vem ocorrendo na maneira como o debate se traduziu em políticas públicas no Brasil. Ao contrário" (FAVARETO, 2010, p. 182).

Um programa de desenvolvimento é, então, proposto, centrado na “promoção da comunidade e de seus territórios” (p. 213), dinamizados a partir das iniciativas dos atores locais, com o apoio do Estado e das políticas públicas e cujos fundamentos seriam os seguintes:

Em primeiro lugar, é importante reconhecer e motivar a capacidade de inovação do setor familiar agropecuário e artesanal, em particular pela valorização do saber-fazer existente e pela capacitação profissional. Em segundo lugar, cabe preservar a principal vantagem competitiva dos sistemas localizados de inovação, a saber, sua capacidade de regulação, apesar das condições precárias de produção e de comercialização. Finalmente, é necessário favorecer o engajamento das organizações locais (da ação coletiva) às instituições públicas (ação pública), no apoio aos sistemas de inovação econômica, técnica e social, mediante mecanismos de coordenação e de negociação, de sistemas de formação ou ainda com a elaboração de um marco de leis mais adaptadas. (SABOURIN, 2002b, p.213).

Nesse ponto, cabe destacar dois marcos temporais que são importantes na consolidação de políticas de desenvolvimento rural no país. O primeiro é o ano de 1964, em que foi promulgado o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504), cujo texto aborda a Política de Desenvolvimento Rural (WANDERLEY, 2011). O segundo é a década de 1990, quando a agricultura familiar se consolida como uma categoria social que explica determinada forma de produção e que passa a ser priorizada por investimentos públicos (FAVARETO; SCHRODER, 2007).

Conforme Nazareth Wanderley, é no Estatuto da Terra de 1964 que, pela primeira vez, são estabelecidas diretrizes para o desenvolvimento rural. Dentre elas, incluem-se a assistência técnica; a produção e distribuição de sementes e mudas; a criação, venda e distribuição de reprodutores e uso da inseminação artificial; a mecanização agrícola; o cooperativismo; a assistência financeira e creditícia; a assistência à comercialização; a industrialização e o beneficiamento dos produtos; a eletrificação rural e as obras de infraestrutura (WANDERLEY, 2011, p. 29)

São essas diretrizes estabelecidas em 1964 que inspiram até a atualidade as leis e políticas públicas voltadas para o meio rural. A partir daí também foram se constituindo as instituições necessárias para a implantação da nova política para o desenvolvimento rural (WANDERLEY, 2011).

No caso do desenvolvimento rural apoiado na abordagem territorial, uma das estratégias que os programas governamentais utilizam para buscar contemplar a diversidade de atores sociais e de meios de produção dos municípios foram os Colegiados de Desenvolvimento Territorial - CODETER. Como discute Arilson Favareto, existiu grande expectativa em relação aos colegiados, no sentido de que pudessem reunir os atores mais

atuantes para elaborar projetos futuros que pudessem dinamizar a vida social e econômica das regiões (FAVARETO, 2010). Os Colegiados constituem os instrumentos estratégicos para a efetivação das políticas territoriais. Para Arilson Favareto,

[...] o grande mérito desses colegiados está em ter aprofundado as possibilidades de controle social das políticas de desenvolvimento rural e em ter disseminado a retórica correspondente à abordagem territorial do desenvolvimento rural. Mas, é forçoso reconhecer que o caminho para que eles possam se impor como novas instituições para o desenvolvimento rural ainda é longo. Para tanto, seria preciso proceder a uma série de ajustes estruturais nas diretrizes e na operacionalização da política de desenvolvimento territorial (FAVARETO, 2009, p.56).

A proposta dos colegiados parece aproximar o desenvolvimento da escala territorial, pois os representantes dos diferentes municípios são chamados a compor os colegiados, na intenção de discutir projetos que atendessem uma demanda mais geral, e não apenas os municípios ou grupos de atores mais influentes e poderosos.

Ademir Cazella reforça a importância de se propiciar a criação ou o reforço de redes de relações e de novas formas de cooperação para estabelecer uma verdadeira dinâmica de desenvolvimento territorial. Para o autor, o “desenvolvimento territorial pressupõe a cooperação entre atores cujos interesses não são idênticos, mas que podem encontrar áreas de convergência em novos projetos” (CAZELLA, 2010, p. 139).

No âmbito governamental, Humberto Oliveira (Secretário Nacional de Desenvolvimento Territorial de 2003 a 2011), associa o desenvolvimento territorial na visão da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do MDA como um processo de “articulação de políticas públicas, gestão social, fortalecimento institucional e desenvolvimento do capital social” (ECHEVERRI, 2009, p. 15).

Embora ainda com muitas críticas e pouco tempo para se ter uma avaliação mais completa dos resultados, os programas de desenvolvimento rural com enfoque territorial da SDT, como o PRONAT e o PTC, são referência para outros países, de acordo com Humberto Oliveira. Este autor cita iniciativas como o “Programa Iberoamericano de Cooperação para a Gestão Territorial - PROTERRITÓRIOS”, que conta com a adesão de nove países (Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Espanha, Guatemala, México e Panamá); e a “Estratégia Centroamericana para o Desenvolvimento Rural Territorial - ECADERT”, que reúne onze países da América Central (PRONAT, 2010).

2.2 Transição Agroecológica

Para caracterizar transição agroecológica é necessário se definir, inicialmente, em que consiste a referida transição; ou seja, considerando transição como um processo de transformação / mudança, é importante se conhecer, *a priori*, o que está sendo transformado e qual o resultado esperado dessa transformação, para que ela possa ser qualificada como

agroecológica.

Para Wezel *et al.* (2020) uma transição sustentável ocorre onde há uma mudança fundamental em um sistema, tanto temporal quanto espacialmente, e incluem mudanças políticas, socioculturais, econômicas, ambientais e tecnológicas em regras, práticas, instituições e valores levando a modos de produção e consumo mais sustentáveis.

Segundo Barrios *et al.* (2020) os processos de redesenho visando alcançar a sustentabilidade agrícola são complexos, pois precisam incorporar e otimizar as dimensões econômica, social e ecológica, incluindo a erradicação da pobreza e a adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Para esses autores, a complexidade reside em reconhecer a importância crítica das interações entre estas dimensões.

Ainda de acordo com Barrios *et al.* (2020), o redesenho de sistemas agrícolas para a transição em direção à sustentabilidade requer uma estrutura de monitoramento e avaliação abrangente, porém, amplamente aplicável.

A partir de encontros promovidos pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) no período de 2015 a 2019, os autores supracitados sistematizaram o que foi classificado como “os 10 elementos da Agroecologia” que têm como eixos transversais: biodiversidade, consumidores, educação e governança. A definição desses elementos é resultado de um processo de múltiplas partes interessadas e tem por objetivo gerar uma estrutura de redesenho de sistema e processo a ser otimizada e adaptada aos contextos locais, tornando exequível o monitoramento e a avaliação dos processos de transição agroecológica. Interdependentes entre si, esses elementos são os seguintes: diversidade; co-criação e compartilhamento de conhecimento; sinergias; eficiência; reciclagem; resiliência; valores humanos e sociais; culturas e tradições alimentares; governança responsável; economia circular e solidária.

De acordo com Wezel *et al.* (2020), para avançar com a transição rumo aos sistemas agrícolas e alimentares sustentáveis, muitos fatores, parâmetros e questões devem ser considerados, pois há uma diversidade de situações, com vários caminhos de transição agroecológica para sistemas alimentares mais sustentáveis, dependendo dos pontos de partida, do contexto e do engajamento com os mercados.

Hill (1985) e Gliessman (2002) compararam três sistemas diferentes: ecossistema natural, agroecossistemas tradicionais e agroecossistemas convencionais. O intuito desta comparação é estabelecer parâmetros objetivos de análise e, em seguida, descrever em que consiste o processo de transição agroecológica.

Pode-se afirmar que, num esforço comparativo preliminar entre os três sistemas relacionados acima, um critério importante que os distingue é o elemento sustentabilidade. Gliessman (2002) tenta encontrar critérios objetivos que permitam identificar se e por que um agroecossistema é ou não sustentável. Com estes critérios conhecidos, de acordo com o autor, seria possível definir os meios de especificar como construir um sistema sustentável em uma determinada região.

Segundo Gliessman (2016), a Agroecologia é uma forma de redesenhar os sistemas alimentares, da fazenda à mesa, com o objetivo de alcançar a sustentabilidade. Para transformar os sistemas alimentares nesta perspectiva, Gliessman (2002; 2016) descreve alguns passos que devem ser dados no sentido de incorporar sustentabilidade aos sistemas alimentares e, ao mesmo tempo, afastar os impactos negativos sobre o meio ambiente e a sociedade causados pela agricultura industrial moderna.

Para Gliessman (2002) sustentabilidade é, antes de tudo, uma prova de tempo: pode-se inferir que é sustentável um agroecossistema que se mantém produtivo ao longo do tempo, sem degradar a base de recursos, de dentro ou de fora do sistema. Logo, o agroecossistema sustentável para este autor implica em pouca ou nenhuma dependência de fatores externos.

Hill (1984) igualmente busca caracterizar os sistemas sustentáveis e identificar sua base funcional para, daí, extrair parâmetros de comparação e indicar os caminhos para sua implementação. No entanto, reconhece que há forças motrizes e restritivas que impedem ou dificultam a mudança em direção a um sistema alimentar sustentável.

Para Gliessman (2002), a realização do diagnóstico de um determinado agroecossistema não constitui uma tarefa trivial, pois muitos fatores são relativos. Para salientar a relatividade dos fatores o autor expõe alguns questionamentos, como: O que é um longo período? Como descobrir se a base de recursos foi degradada? Como se desenhar um sistema sustentável quando a prova de sua sustentabilidade sempre se encontra no futuro? O que ocasiona a sustentabilidade?

Aprofundando ainda mais nesta análise, Gliessman (2002), de forma semelhante a Barrios *et al.* (2020), citados anteriormente, considera necessário identificar parâmetros ou indicadores de sustentabilidade para determinar em que nível ou condição estes parâmetros devem ser mantidos para ativar a função sustentável. A partir de então, Gliessman caracteriza os ecossistemas naturais indicando que estes podem ser entendidos como ponto de referência para o entendimento das bases ecológicas da sustentabilidade. Em seguida, o autor compara os ecossistemas naturais com os agroecossistemas tradicionais e afirma que ambos resistem à prova do tempo em termos de manter a produtividade em períodos longos. A partir da compreensão desses dois sistemas, o autor se empenha em desenvolver princípios, práticas e desenhos úteis ao processo de transição agroecológica de agroecossistemas não sustentáveis para sustentáveis.

Para Hill (1984) os agroecossistemas sustentáveis, assim como os ecossistemas naturais, operam dentro dos limites bioquímicos. Gliessman (2002), compreendendo os ecossistemas naturais e os agroecossistemas convencionais como extremos opostos, propõe uma comparação entre ambos a partir da necessidade ou não da importação de fatores para garantir o equilíbrio.

Gliessman (2002) considera ainda, que, conforme aumenta a necessidade da importação de fatores externos pelos seres humanos para garantir a manutenção do

sistema, mais este se aproxima do que se entende por convencional. No sentido contrário, quanto menos fatores externos se necessitam para a manutenção do sistema, mais se aproxima do ecossistema natural. Daí o autor extrai um princípio geral relevante para a compreensão do significado de transição agroecológica: “quanto maior a similaridade estrutural e funcional de um agroecossistema com os sistemas naturais de sua região biogeográfica, maior a probabilidade de que o agroecossistema seja sustentável.”

Com base neste princípio emerge um novo desafio: valorar processos, estruturas e taxas de mudança dos ecossistemas naturais mensuráveis. Como definir valores que sirvam de referência e que sejam capazes de descrever ou delimitar o potencial ecológico para desenhar e manejar agroecossistemas de modo que, quanto mais se aproximar desses valores, mais sustentável seria o agroecossistema?

Apesar de ter um caráter quantitativo, a resposta para o desafio apresentado acima também passa por uma análise qualitativa que consiste na definição de princípios gerais comuns aos agroecossistemas tradicionais. Princípios que permitam caracterizar os sistemas tradicionais ao mesmo tempo em que estabeleçam parâmetros mensuráveis para, com isso, identificar em que medida o sistema estudado pode ser entendido como tradicional ou convencional. Com base neste tipo de análise, Gliessman (2002) conclui que há afinidades entre os sistemas tradicionais e os ecossistemas naturais.

No entanto, Gliessman (2002) considera que, por não se tratar de categorias meramente teóricas, não se vislumbra transferir as práticas tradicionais para um sistema convencional, tampouco converter a agricultura convencional em tradicional. Mas, sim, compreender como um sistema moderno pode ser manejado para que se torne sustentável. Um sistema tradicional, na concepção deste autor é, por natureza, sustentável, porém nada impede que, por alguma razão, seja ela política, econômica ou social, este tipo de sistema possa sofrer maior pressão a ponto de se aproximar de um modelo insustentável.

Segundo Gliessman (2002), a inovação e experimentação são características próprias dos agricultores quando estes percebem a possibilidade de tirar disso algum benefício. Apesar da pressão que a modernização impôs aos agricultores, muitos deles têm buscado um processo de conversão para formas de manejo mais sustentáveis e isso se deu por vários motivos, seja de natureza objetiva - aspectos econômicos, por exemplo - ou subjetiva, por motivações altruístas.

Apesar dos aspectos de ordem subjetiva serem bastante enfatizados tanto por Hill (1984) quanto por Gliessman (2002) no que diz respeito à transição agroecológica, observa-se que ambos reconhecem a ocorrência deste processo essencialmente pelo ajuste do sistema produtivo no sentido de reduzir as entradas de matéria e energia por meio do aumento do aproveitamento dos recursos produtivos de dentro da unidade. Esta redução passa inicialmente por uma mudança de concepção na gestão do agroecossistema em que o estado geral de saúde deste é mais valorizado do que o produto em si.

Gliessman (2002) sugere, inclusive, que a partir da análise das entradas de matéria

e energia em um agroecossistema é possível inferir se o mesmo é ou não é sustentável, assim como também é possível indicar quais parâmetros podem ser ajustados de forma a torná-lo sustentável.

De forma complementar, Hill (1984) enfatiza que os aspectos operacionais precisam ser ativados por motivações internas de quem detém o poder de decisão. Esta reflexão é relevante e confirma o caráter transdisciplinar da Agroecologia, por considerar que não são somente os aspectos técnicos e operacionais os responsáveis pelos sistemas agroalimentares sustentáveis.

Hill (1984) procura investigar quais valores motivam as escolhas por este ou aquele modelo de produção. E, de forma complementar, quais pressupostos influenciam as decisões humanas a não optar por sistemas sustentáveis.

Acredito que haja uma conexão funcional entre essa relutância em lidar com as causas e a tendência comum de conduzir nossas vidas, fazer nossa ciência, fazer nosso trabalho, seja ele qual for, sem examinar os pressupostos e os valores em que se baseiam essas atividades (HILL, 1984, p.3).

Mac Rae, *et al.* (1990) também consideram necessária a análise das motivações humanas para compreender os processos que impulsionam ou restringem a conversão de sistemas convencionais para sistemas sustentáveis. Os autores apontam estudos realizados em diferentes continentes indicando motivações de ordem subjetiva. Ressaltam que, normalmente, as pesquisas que tratam de analisar e descrever os processos de transição agroecológica negligenciam atitudes, objetivos e valores que estariam por trás das escolhas individuais e coletivas.

Nesse sentido, MacRae, *et al.* (1994) buscam uma definição para agricultura sustentável que vá além da negação de alguns procedimentos entendidos como insustentáveis em detrimento de outros considerados sustentáveis. Eles acrescentam aos aspectos biofísicos das definições de agricultura sustentável a ênfase no conjunto de valores que reflete um estado de empoderamento, de consciência das realidades ecológicas e sociais e da capacidade de ação efetiva.

Para Gliessman (2002), o foco deste tipo de sistema é a sustentabilidade que permite a preservação dos recursos, a manutenção do equilíbrio e a reprodução social dos sujeitos envolvidos e não meramente o lucro. A partir desta caracterização o autor busca identificar as aproximações dos sistemas tradicionais aos ecossistemas naturais e conclui que os sistemas tradicionais têm, de fato, uma essência sustentável que reproduz a lógica dos ecossistemas.

A garantia dos sistemas tradicionais pode ser dada pelo tempo que vêm sendo experimentados e adaptados. É notório que os sistemas tradicionais, via de regra, não contam com capital que permita a importação de matéria e energia. Os camponeses e camponesas, por força desta característica, foram historicamente impelidos a encontrar estratégias que lhes garantissem sustento imediato sem comprometer a base de recursos

ao longo do tempo. Ou seja, mesmo não teorizando a respeito, esses sujeitos são conhecedores do significado prático da sustentabilidade, mesmo porque sua sobrevivência e reprodução social depende deste entendimento.

De forma complementar, Wezel, *et al.* (2020) consideram que o papel da sociedade civil, dos movimentos sociais e das organizações de consumidores é fundamental para garantir as transições. Os autores acrescentam que os movimentos sociais como *La Vía Campesina* em escala global, e movimentos em escala nacional como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), são importantes atores que contribuem para debates em torno da transição para sistemas alimentares sustentáveis com a sociedade civil. Estes debates são importantes como meio de distinguir suas práticas e visão para a transformação do sistema alimentar comparadas às que são apoiadas por empresas agroalimentares e instituições mais voltadas para a agricultura industrial.

Tanto MacRae *et al.* quanto Gliessman e Hill, citados anteriormente, corroboram com o mesmo entendimento de que o que difere os sistemas sustentáveis dos convencionais é a maior dependência destes aos fatores externos (matéria e energia).

Hill (1984), como já foi mencionado, vai além do operacional e propõe uma abordagem mais profunda, que complementa as orientações de Gliessman. Hill (1984) compreende que as questões norteadoras dos sistemas convencionais partem de pressupostos superficiais que, quando são respondidas tornam os sistemas convencionais ainda mais insustentáveis. Por exemplo, a resposta dada pelo sistema convencional à indução de resistência de um determinado inseto a uma molécula artificial é a criação de outra molécula artificial ainda mais potente. Nesta mesma perspectiva, Hill (1984) considera que a transição agroecológica se dá por meio do redesenho dos sistemas de produção ao orientar que

[...] devemos abandonar essas abordagens superficiais e adotar soluções profundas, que exigem que redeseñemos as partes do sistema e as abordagens de gerenciamento que estão gerando os problemas (HILL, 1984, p.4).

Dito isto, Hill (1984) conclui que em um agroecossistema redesenhado, deveria ser investido mais tempo para manter as relações funcionais entre os componentes, no sentido de se evitar problemas, e menos tempo tentando resolvê-los. Em contraste com os sistemas atuais, nos sistemas redesenhados chegaríamos a aceitar a integração humana na biosfera, dedicando esforços na manutenção do equilíbrio, sempre com atenção nas respostas (*feedback*) oferecidas pelos sistemas naturais.

Hill (1984) orienta que o processo de conversão deriva de três componentes pelos quais o sistema produtivo deve passar. Ao mesmo tempo, estes componentes também têm a função de contribuir com o estágio em que um referido agroecossistema se encontra. Esses componentes são: aumento da eficiência; substituição de produtos e práticas insustentáveis e; redesenho do agroecossistema.

Gliessman (2002; 2016) denomina estes mesmos componentes de “níveis de conversão”, sendo que o primeiro nível tem como desafio o aumento da eficiência das práticas convencionais; o segundo nível, a substituição de práticas convencionais e insumos por alternativas mais sustentáveis e; no terceiro nível, os esforços devem conduzir ao redesenho do agroecossistema para que funcione a partir de bases sustentáveis.

Para Gliessman (2002), o tempo de conversão de um sistema convencional para um sistema sustentável está condicionado a um conjunto de fatores que vão desde as características próprias do ambiente até o histórico de uso da área. O autor também propõe níveis de análise que subsidiem a coleta de dados para um monitoramento da evolução da área.

Igualmente, Mac Rae, *et al.* (1990) consideram a necessidade da realização de estudos e análises que permitam estabelecer um monitoramento permanente do agroecossistema. Tal monitoramento, para os autores, compõem um plano de ação cuja estrutura incorpora a realização de um inventário da fazenda e avaliação de suas necessidades.

Esse inventário - proposto pelos autores citados anteriormente - pode ser entendido com uma análise pormenorizada do sistema em que são descritas as entradas e saídas (*inputs* e *outputs*). O inventário permite inferir a respeito das potencialidades e limitações do sistema em análise, favorecendo a implementação de ajustes e correções.

Para Gliessman (2002) é necessária a distinção entre sistemas temporariamente produtivos, devido à grande entrada de matéria e energia externas, de agroecossistemas com produtividade por tempo indefinido. O autor afirma que agroecossistemas insustentáveis vão perdendo sua capacidade produtiva ao longo do tempo; mas essa perda, por um período de tempo, é mascarada pela aplicação de fertilizantes e agrotóxicos e pela mecanização, por exemplo.

Ou seja, trata-se de uma análise complexa, que exige comparação dos dados históricos como horas/máquina para as diversas operações de preparo e manejo do solo, uso de fertilizantes, corretivos, agrotóxicos e também um monitoramento da capacidade de resposta do sistema traduzido em indicadores abrangentes como teor de matéria orgânica, profundidade do horizonte superficial e diversidade da biota.

3. COLONIZAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: VELHAS AMEAÇAS, NOVOS CONFLITOS

A forma de ocupação territorial deixou marcas profundas até hoje, sendo importante o seu entendimento para pensar e implementar as perspectivas do desenvolvimento territorial. O Vale do São Francisco, assim como o Semiárido Brasileiro, foi marcado por um processo histórico de intensos conflitos pelas terras. A partir da invasão portuguesa há 521 anos atrás, na busca por ouro, prata e especiarias, a mando do rei de Portugal, se configura

um processo extremamente violento, dilacerando muitos povos tradicionais.

A partir de 1532, trinta e dois anos depois da “chegada” portuguesa, deu-se o início do cultivo de cana-de-açúcar no litoral do Brasil, sob a forma produtiva chamada *plantation* - longas faixas de terras com monocultivos voltados à exportação. Esse modo de produção teve o intuito, por um lado, de demonstrar aos outros países europeus a efetivação da posse; por outro lado, aumentar os rendimentos da Coroa Portuguesa através dos tributos à agricultura, como também à mineração.

A chegada do gado no Brasil ocorreu no ano de 1534, por iniciativa de Ana Pimentel de Sousa, esposa de Martim Afonso de Sousa. A criação extensiva de gado precisava de territórios mais amplos do que os já utilizados pelos monocultivos de cana-de-açúcar. As primeiras cabeças chegadas descendiam dos zebus, sendo trazido com o objetivo de força animal para os engenhos de açúcar. Também se destinavam à alimentação, como fonte de proteína, para a jornada de trabalho.

A presença de água perene e vastas áreas de terra possibilitaram a expansão da pecuária no Vale do São Francisco a partir de 1640. Surgiram as grandes propriedades de terra sob o domínio de poucas pessoas com influências políticas e privilégios econômicos e sociais. Esses empreendimentos, que a princípio eram de sucesso, posteriormente tornaram-se desastrosos à realidade semiárida do ponto de vista social, ecológico e econômico, gerando o extermínio de boa parte da população nativa (LOPES, 1997), além da degradação do solo, pelo pisoteio dos animais e pelas queimadas. Por ser o gado bovino pouco adaptado às condições de clima da região - principalmente em função da periodicidade de forrageiras herbáceas, preferida por esses animais - a pecuária gerou pouco rendimento econômico. Nesse cenário, o gado enviado do litoral para as áreas semiáridas, configurou-se como o marco do declínio dos recursos naturais do Bioma Caatinga.

A distribuição de terras no Brasil aconteceu com aplicação de um sistema já utilizado em Portugal, desde 1375, que eram as Sesmarias (TORRES, 2013); essa prática obrigava os donos de terra a cultivá-las como forma de combater a crise de alimentos naquele país. Esse foi um traço marcante que deu corpo à concentração de grandes faixas de terras brasileiras nas mãos de poucos.

Segundo Felisbello Freire, no livro *História Territorial*, as concessões no Norte abrangiam em geral uma maior extensão territorial do que no Sul. Com exceção feita da donatária do Visconde Asseca, em Campos, as Sesmarias no Sul não excediam três léguas, quando no Norte encontramos concessões de 20, 50 ou mais léguas, a exemplo das concessões feita a Garcia d'Ávila e seus parentes, que se estendiam da Bahia até o Piauí.

Esse sistema vigorou até 17 de julho de 1822, quando foi suprimido pela Resolução 76, que determinou a suspensão das concessões de terra, porém garantindo os direitos anteriormente adquiridos. Com o fim das doações de terras pelo sistema de Sesmarias,

em 1822, o Brasil passou por um período de 28 anos sem legislação que disciplinasse o sistema fundiário. Essa realidade é alterada em 1850, com a criação da Lei Imperial de Terras.

A partir de então, a Coroa portuguesa compreendeu que a quantidade de terra, mesmo sendo utilizada, principalmente nos grandes latifúndios, nunca haviam sido incorporada ou atribuída juridicamente e legalmente a um particular, decidindo assim pela devolução do domínio público, inclusive dependendo de ações judiciais chamadas discriminatórias. E desse modo nasce o termo “terra devoluta”.

Com o declínio do ciclo do gado e abandono das fazendas, essas terras devolutas foram ocupadas por vaqueiros, agregados, quilombolas e retomadas pelos índios, dando origem às comunidades tradicionais e camponesas, hoje também chamadas de Agricultura Familiar.

Na vocação agropecuária do Território Sertão do São Francisco - TSSF - destaca-se a criação de animais de pequeno e médio porte, principalmente o caprino e ovino, criados tradicionalmente em áreas de uso coletivo, conhecidas como Fundo de Pasto. Essa forma de atividade ocupacional do Território na forma do sistema agrossilvipastoril é de fundamental importância para milhares de famílias agricultoras e criadoras da Bahia; entretanto, estão sob constantes ameaças e conflitos pela terra.

No Semiárido baiano, espontaneamente, vão se formando ou ampliando comunidades no meio rural mantendo uma tradição histórica e de ancestralidade na relação entre si e com a Caatinga, sendo ao mesmo tempo um sistema produtivo e de relações sociais, econômicas, culturais e familiares que em algumas áreas datava 200, 300 anos (TORRES, 2013). Porém, a primeira citação jurídica sobre essas comunidades ocorreu na Constituição do Estado da Bahia através do artigo 178, de 1989. A tradição do uso coletivo de terras devolutas é comum em todo o país, e até em outros países e continentes. No Brasil, em outros estados pode-se citar os Faxinais, Solta, Terra Comum.

A valorização do espaço territorial para a convivência, requer, portanto, novas formas de pensar, sentir e agir no ambiente no qual se está inserido. Nessa perspectiva cultural a proposta de Convivência com o Semiárido é um aprendizado da comunhão intrínseca entre os sujeitos e a realidade local. A mudança da percepção dessa realidade e a experimentação de alternativas de produção apropriada pela população da região semiárida é a principal garantia da sobrevivência, havendo uma coexistência regida pelos princípios da reciprocidade, aceitação e cuidado com o outro, estabelecendo assim laços de complementaridade e interdependência (SILVA, 2007).

Tradicionalmente, as comunidades conseguiram se estruturar a partir do uso coletivo de vastas áreas de Caatinga, principalmente para a pecuária e para o extrativismo, com pontos seguros de água de captação de chuva ou subterrânea, com pequenos roçados para o consumo e para a comercialização. Essa estratégia foi fortalecida pelas políticas públicas no âmbito territorial, a exemplo da Assessoria Técnica e Extensão Rural - ATER

e inclusão social nos últimos anos, o que evitou a mortalidade de milhares de pessoas durante a última seca (2011), assim como o êxodo e a fortes migrações, como aconteciam nas secas anteriores.

Para o processo de transição agroecológica, é de fundamental importância a compreensão da forma de vida e organização das famílias dessa região, entendendo suas características e potenciais na relação cultural, tais como as romarias, festejos tradicionais de São Gonçalo, São João, São Pedro, prática de esportes, práticas de solidariedades e de convivência, entendendo esses espaços de interação social como potencializadores do desenvolvimento sustentável, gerando o pertencimento, a organização coletiva, dinamizando os processos e fortalecendo o capital social das comunidades.

4 . OS FARÓIS AGROECOLÓGICOS DO SEMIÁRIDO COMO REFERÊNCIAS DE SISTEMAS AGROALIMENTARES SUSTENTÁVEIS

O conceito de farol agroecológico faz alusão à luz orientadora, que possibilita iluminar os caminhos, e na Agroecologia, significa a busca por caminhos para uma agricultura mais sustentável, buscando, nas relações harmoniosas dos ecossistemas naturais, pistas para uma prática agrícola menos deletéria aos recursos naturais como um todo.

É denominado “farol agroecológico”¹ um sistema de produção sustentável que é regido pelos princípios da Agroecologia, liderados por agricultores(as) inovadores(as), com forte componente na socialização de conhecimentos, comunicação horizontal e processos pedagógicos que favorecem a troca de conhecimentos, buscando a motivação das famílias camponesas na adoção de tecnologias e práticas agroecológicas em seus próprios sistemas produtivos (MANGIONE e SALAZAR, 2020).

Altieri e Nicholls (2003), destacam que os faróis agroecológicos são iniciativas escalonadas de sucesso, fazendo referência aos elementos como: redes comunitárias, princípios agroecológicos, políticas de apoio local, trocas de experiências, como efeitos positivos em benefício das comunidades camponesas. Nessa perspectiva, na região norte do estado da Bahia, região Semiárida, existem algumas experiências, que podemos atribuir ou fazer aproximações com o termo cunhado de “faróis agroecológicos” e que são exemplos de como os paradigmas da Convivência com o Semiárido e da Agroecologia promovem o desenvolvimento sustentável em nível local e podem contribuir com o desenvolvimento territorial enquanto política pública na medida em que são efetivamente incorporados em escalas mais abrangentes.

As últimas décadas marcaram o processo mais intenso de construção do conhecimento em Agroecologia no Semiárido, na perspectiva paradigmática da busca do desenvolvimento territorial sustentável. Os faróis agroecológicos, presentes em dezenas de famílias agricultoras, puderam contribuir fortemente em inúmeros momentos de

¹ Tradução da expressão original em espanhol: *faro agroecologico*.

visibilização, socialização e intercâmbio de saberes entre uma diversa gama de atores sociais, através das metodologias participativas de trocas de conhecimentos, como os “intercâmbio de experiências” ou através de “Caravanas Agroecológicas”.

No entanto, apesar das existências dos faróis agroecológicos, o contexto do modelo protagonizado pelo agronegócio, onde a produtividade, o imediatismo dos retornos de curto prazo e a eficiência meramente econômica são premissas que ditam o desenvolvimento agrícola e desafiam ainda mais a Agroecologia, na sua dimensão política, no debate do desenvolvimento territorial sustentável (ALTIERI, *et al*, 2017).

No estado da Bahia, as Comunidades Tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto (CTFFP) são consideradas como exemplo marcante de modo de vida capaz de promover o desenvolvimento sustentável, local e regional através do paradigma da Convivência com o Semiárido. Isso, tendo em vista a perspectiva de uso e preservação dos recursos naturais do ecossistema Caatinga sem, no entanto, abdicar de atividades produtivas e provedoras de renda para as populações do campo.

A formação das Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto está intimamente associada à construção fundiária do espaço rural baiano, que no Brasil colonial tinham as sesmarias, administradas por duas grandes famílias: Garcia D’Ávila e Guedes de Brito. Essas, criavam gado às margens do Rio São Francisco, outrora chamado também “Rio dos Currais”, chegando a ser quantificada entre Pernambuco e Bahia, a existência de 800 currais de gado. Essas comunidades foram se estabelecendo com contornos e características intrínsecas e peculiares.

As CTFFP utilizam a terra a partir de duas perspectivas: coletiva e individual. Na perspectiva coletiva, em geral, utilizam as terras não cercadas para o desenvolvimento da pecuária extensiva a partir do pastoreio de animais, geralmente caprinos e ovinos, a prática do extrativismo vegetal e o desenvolvimento da apicultura. Na perspectiva individual, estão inseridas as áreas destinadas às residências, onde, comumente, as famílias constroem, ao redor das casas, quintais produtivos, nos quais se praticam a criação de aves e suínos e o plantio de hortaliças, frutas, plantas medicinais e ornamentais (ARAÚJO, 2019).

O Fundo de Pasto constitui um modo de vida camponês baseado em uma economia doméstica, cujo “padrão tecnológico” está fundamentado na utilização de técnicas e instrumentos rudimentares de trabalho. Os camponeses têm como valores fundantes a família, a terra e o trabalho e utilizam uma incipiente agricultura, além de atividades extrativas voltadas ao autoconsumo. Praticam o pastoreio extensivo, compartilhado de caprinos e ovinos, em terras de uso comum, de grandes extensões, localizadas no Semiárido baiano, como mecanismo estratégico de reprodução social do grupo (SANTOS, 2010).

O sistema de produção de caprinos e ovinos em Fundo de Pasto desponta com grande potencial para conciliar o uso e a preservação da biodiversidade, já que as pastagens nativas são bem mais diversificadas do que as cultivadas (GIULIETTI *et al.*, 2004).

No entanto, ainda são poucos estudos que visibilizam a importância da existência do

modo de vida das CTFFP no Território do São Francisco – Bahia, bem como sua importância no manejo dos recursos naturais de forma mais harmônica e menos degradante ao meio ambiente como um todo.

No nível mundial, a ONU, através da FAO, já reconhece alguns sistemas agrícolas de povos e comunidades tradicionais de importância global, os GIAHS, do inglês, *Globally Important Agricultural Heritage Systems* (Sistemas de Patrimônio Agrícola Globalmente Importantes) é um sistema vivo e em evolução, em que as comunidades humanas desenvolvem uma relação intrínseca com seu território, com a paisagem cultural ou agrícola - ambiente biofísico e social mais amplo.

Urge, desta forma, que iniciemos os levantamentos, estudos e análises do modo de vida das CTFFP no que tange à sustentabilidade de forma ampla, garantindo o direito à terra e ao território onde vivem, visibilizando a reprodução desse modo de vida como patrimônio do Semiárido, capaz de se constituir em farol, na perspectiva da construção do conhecimento agroecológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a adoção do modelo de desenvolvimento territorial é resultado da intensificação de forças sociais locais na luta pela redemocratização do país; da implementação da Constituição de 1988 que promoveu a descentralização política do país e a consolidação de arranjos sociais locais (conselhos); da desregulamentação da economia com a consolidação de experiências autônomas; e da recomendação das agências multilaterais. Nesse contexto, o território, ao molde brasileiro, define sua forma e função no espaço-tempo a partir da diversidade ambiental, espacial, demográfica e cultural.

A política de desenvolvimento territorial representou um avanço considerável - isto é, uma inovação institucional - ao implementar um formato mais adequado à ampliação da capacidade de participação social dos atores no processo de diálogo, negociação, desenho e planejamento de políticas públicas, incrementando aquilo que poderíamos denominar como um dos atributos da capacidade governativa e da gestão social dos processos de desenvolvimento.

O desafio está na mudança de postura governamental nos últimos anos frente à estratégia do desenvolvimento territorial, principalmente enquanto ação coerente com os princípios e os pressupostos ecológicos e humanistas em vista da melhoria das condições de vida das populações, onde a Agroecologia enquanto ciência, movimento e prática tem um papel fundamental na concepção de uma sociedade mais saudável, sustentável, justa e igualitária.

Assim, é importante compreender o desenvolvimento no âmbito dos territórios para além do aspecto econômico, à luz das dimensões culturais, ambientais, sociais e produtivas atenuadas na vocação local e regional, provocando assim, um desenvolvimento integrado

e sustentável para a atual e as futuras gerações.

Portanto, o presente capítulo não possui um cunho conclusivo nem se pretende aqui esgotar todo o debate acerca da temática em foco, tendo em vista a relevância dessa discussão nos dias atuais e no âmbito da Agroecologia, do desenvolvimento territorial e da dinâmica social que o circunda. Sendo assim, as pesquisas e os debates continuam para além da construção da sistematização ora realizada, por entender as questões aqui elencadas como dignas de um repensar crítico, reflexivo e reconstrutivo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. *In*: ARBIX, G. et. al. (Orgs.) **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Editora UNESP; Edsup, 2001. p. 165-177.
- ALTIERI M.A, NICHOLLS C., MONTALBA R.. Technological approaches to sustainable agriculture at a crossroads: An agroecological perspective. **Sustainability**, 9 (3), 349, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su9030349>. Acesso jun 2021.
- ALTIERI, M.A, NICHOLLS, C. soil fertility management and insect pests: harmonizing soil and plant health in agroecosystems. **Soiland Tillage Research** 72, 2003. 203-211.
- ARAÚJO, E. R. Apicultura sustentável: Protagonismo e autonomia da juventude de Comunidades de Fundo de Pasto de Casa Nova, BA. *In*: Jane Simoni Edt Consolacion Udry. (Org.). **Sistemas Agrícolas Tradicionais no Brasil**. 1ed.;, 2019, v. 3, p. 1-356.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**: edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARRIOS, E.; HERREN, B.G.; BICKSLER, A.; SILIPRANDI, E.; BRATHWAIT, R.; MOLLER, S; BATELLO, C.; TITTONELL, P. The 10 Elements of Agroecology: enabling transitions towards sustainable agriculture and food systems through visual narratives, **Ecosystems and People**, 16:1, 230-247, 2020.
- CAZELA, A. A. Base de serviços rurais estratégicos à promoção do Desenvolvimento Territorial no Brasil. **Raízes**, Campina Grande. V. 28, n. 1 e 2; v. 29, n. 1. P. 132-142. Jan. 2009 a jun. 2010.
- COREZOLA, F. et. al. Desafios da governança territorial nos territórios incorporados ao Programa Territórios da Cidadania. **Raízes**, Campina Grande, v. 28, ns. 1 e 2 e v. 29, n. 1, jan./2009 a jun/2010. p. 87-96.
- ECHEVERRI, R. P. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009. 209 p. [tradução de Maria Verônica Moraes Souto].
- FAVARETO, A. As tentativas de adoção da abordagem territorial do desenvolvimento rural: lições para uma nova geração de políticas públicas. **Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v.28, n.1-2, p.52-62, 2009.
- FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial**. Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental. USP. 2006. Tese de Doutorado.

FAVARETO, A. Tendências Contemporâneas dos Estudos e Políticas sobre o Desenvolvimento Territorial. In: FAVARETO, A. **Políticas de Desenvolvimento territorial rural no Brasil: Avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010.

FAVARETO, A.; SCHRODER, M. Do território como “ator” ao território como “campo”: uma análise da introdução da abordagem territorial na política de desenvolvimento rural no Brasil. **Anais XLV Congresso da SOBER “Conhecimentos para Agricultura do Futuro”**. UEL, 2007.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIULIETTI, A. M. et al. Diagnóstico da vegetação nativa do Bioma Caatinga. In: SILVA, J. M. C.; TABARELLI, M. T.; LINS, L. V. (Org.). **Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações prioritárias para conservação**. Brasília: MMA, 2004. p.48-90.

GLIESSMAN, S. Alcanzando la Sostenibilidad. In: GLIESSMAN, S.R. Agroecología: Procesos Ecológicos en Agricultura Sostenible. Turrialba, C.R.: CATIE, 2002, 303-318p.

GLIESSMAN, S. Transforming food systems with agroecology, **Agroecology and Sustainable Food Systems**, 40:3, 187-189, 2016.

HILL, S. B. Redesigning the food system for sustainability. **Alternatives**, v. 12, p. 32–36, 1985.

MACRAE, R. J.; HILL, S. B.; MEHUYS G. R.; HENNING, J. Farm-scale agronomic and economic conversion from conventional to sustainable agriculture. **Advances in agronomy**, v. 41, p. 155-198, 1990.

MANGIONE, Stella; Salazar Centeno, Dennis José; Universidad Lomas de Zamora, Buenos Aires (Argentina); Dolores. 202007101614. 1594415647. p. 13-47. EN: **Revista de Divulgación Técnica Agropecuaria, Agroindustrial y Ambiental** (Argentina). jul. v.7 (2). 2020.

NORTH, D. Institutions. **The Journal of Economic Perspectives**, Vol. 5, No. 1 (Winter, 1991), 97-112. Published by: American Economic Association Stable. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1942704>. Acesso em 21 jan. 2021.

PRONAT-MDA. **Referências para o apoio ao Desenvolvimento Territorial**. Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. Desenvolvimento com Todos. Brasília, 2004. (Série Documentos Institucionais 01-2005).

SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial? Conceitos, estratégias, atores. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (Orgs.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**. Brasília: Embrapa, CIRAD, UFPB, 2002a. p.21-37.

SACHS, I. **Desenvolvimento sustentável**: desafio do século XXI. *Ambient. soc.*, Campinas, v.7, n. 2, Dec. 2004 .

SANTOS, M. et. al. (Orgs.) **Território**: Globalização e Fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR. Geografia: Teoria e Realidade 30.1996.

SANTOS, C. J. S. **Fundo de pasto: tessitura da resistência, rupturas e permanências no tempo-espaço desse modo de vida camponês**. 2010. 290 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.[Tradução Laura Teixeira Motta].

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VEIGA, J. E. et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Texto para Discussão n. 1. Brasília: NEAD. 2001.

VEIGA, J. E. **O Brasil Rural ainda não encontrou o seu eixo de desenvolvimento**. Estudos Avançados 15 (43). 2001.

WANDERLEY, M. de N. B. Gênese da Abordagem Territorial no Brasil. *In*: CAVALCANTI, J.S.B.; NIEDERLE, P. A. **Participação, Território e Cidadania: Um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife. Editora: UFPE, 2014. p. 80-100.

WANDERLEY, M. de N. B. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas: SP. Editora da Unicamp, 2011.

WEZEL, A.; HERREN, B.G.; KERR, R.B.; BARRIOS, E.; GONÇALVES, A.L.R.; SINCLAIR, F. Agroecological principles and elements and their implications for transitioning to sustainable food systems. A review. **Agronomy for Sustainable Development**. 13p. 40:40, 2020.

ZAOUAL, H. **Nova Economia das Iniciativas Locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. [tradução de Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França: COPE/UFRJ, 2006.